



## **Caso Araceli, jornalismo e literatura na década de 1970: dois livros sobre um crime<sup>1</sup>**

Felipe QUINTINO<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### **RESUMO**

Este artigo aborda dois livros que tiveram o assassinato da menina Araceli Cabrera como eixo da narrativa: *Araceli, meu amor*, de José Louzeiro, e *Araceli - corrupção em sociedade*, de Carlos Alberto Luppi. Araceli foi assassinada, em 1973, em Vitória, capital do Espírito Santo. O crime teve grande repercussão na imprensa brasileira e na sociedade. Buscamos situar as duas publicações, ambas escritas por jornalistas durante a década de 1970, no conjunto de títulos das editoras envolvidas no trabalho (Civilização Brasileira e Alfa-Omega) e na época em que ocorreram. Compreendemos os livros analisados na perspectiva de articulação da memória e das atuações que cumpriram no curso dos acontecimentos sobre o caso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Araceli; jornalistas, livro; memória; década de 1970.

Em 18 de maio de 1973, a menina Araceli<sup>3</sup> Cabrera, 8 anos, deixou o colégio mais cedo a pedido da sua mãe. Nunca mais voltou. Ela foi drogada, abusada sexualmente e assassinada em Vitória, capital do Espírito Santo, em um crime que chocou o país. Encontraram o corpo seis dias depois em um matagal, nas proximidades do Hospital Infantil, completamente mutilado e desfigurado por ácido. Uma perícia feita, na época, constatou que a causa da morte ocorreu em razão de “intoxicação exógena por barbitúrico” e que “foram demonstradas infiltrações equimóticas na face, suficientes para comprovar violência por ação contundente”.

Mudanças de opinião da Polícia capixaba, erros nos inquéritos, suspeitas sobre a mãe da menina (a boliviana Lola Cabrera), morte de testemunhas essenciais ao esclarecimento do assassinato, tentativa de suborno, denúncias de destruição de provas e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Doutorando e mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), e-mail: felipe.quintino@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Araceli Cabrera nasceu em Cubatão, em São Paulo, e foi para Vitória com seus pais. A grafia do nome dela apareceu de forma diferente nas duas publicações analisadas neste artigo.



pressões da família dos acusados<sup>4</sup> rondaram esse processo, de mais de sete mil folhas e marcado pela impunidade. Mais de 300 testemunhas foram ouvidas na fase de apuração. Por meio de projeto de lei sancionado em 2000, a data de 18 de maio (dia do desaparecimento e rapto de Araceli) ficou instituída como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Deflagrado em plena ditadura militar e em meio ao processo de censura à imprensa, o caso Araceli, como ficou conhecido e divulgado pelos meios de comunicação, pode ser considerado um dos primeiros envolvendo uma criança que ganhou repercussão na mídia brasileira e na sociedade. Jornalistas de veículos da chamada grande imprensa foram a Vitória acompanhar o desenrolar da investigação para o envio de reportagens. Além da cobertura feita pelos veículos do Espírito Santo, como nos jornais *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário*, as publicações nacionais e emissoras de televisão também deram grande espaço ao crime ocorrido na capital capixaba. Chegou a ser tema do programa *Globo Repórter*, da Rede Globo, em 1977, e de reportagens veiculadas no *Jornal Nacional*, da mesma emissora.

Este artigo busca recuperar a história editorial de duas publicações que tiveram esse caso como foco: *Araceli, meu amor*, de José Louzeiro, e *Araceli - corrupção em sociedade*, de Carlos Alberto Luppi. Os livros podem ser dimensionados em um movimento de crescimento do mercado editorial da década de 1970, quando o país ultrapassou a barreira de um livro por habitante, e também na diversidade da produção sinalizada pela evolução de uma indústria da cultura no país.

As concepções do historiador Robert Darnton trazem uma visão norteadora para este trabalho. Segundo Darnton (2010, p.149), os livros “fazem parte de circuitos de comunicação que funcionam segundo modelos homogêneos, por mais complexos que sejam”, e “não se limitam a relatar a história: eles a fazem”. Nesse sentido, compreendemos os dois livros analisados neste artigo, pois denunciaram impasses e influências, participando, de alguma forma, do curso dos acontecimentos.

---

<sup>4</sup> Em agosto de 1977, o promotor de Justiça Wolmar Bermudes denunciou três pessoas pelo envolvimento no caso Araceli: Paulo Helal, Dante Brito Michelini, conhecido como Dantinho, e o seu pai, Dante de Barros Michelini, pertencentes a famílias influentes do Espírito Santo. Segundo a denúncia, Paulo e Dantinho “arquitetaram um plano diabólico para possuí-la sexualmente, usando de todos os recursos”. Já Dante Michelini foi acusado de manter a menina em cárcere privado. No mesmo mês, o juiz Hilton Silly decretou a prisão preventiva dos acusados. Em outubro, eles conseguiram habeas-corpus e foram soltos. Em junho de 1980, Hilton Silly condenou os três à pena de reclusão, mas eles recorreram da sentença em liberdade. Em 1991, a sentença foi anulada e os acusados foram absolvidos por falta de provas.



## Recolhimento dos exemplares

Com uma trajetória de coberturas de casos policiais, o maranhense José Louzeiro trabalhava no jornal *Última Hora*, no Rio de Janeiro, quando teve o primeiro contato com o que estava acontecendo no Espírito Santo. Em viagem a Vitória, ele acompanhou o repórter Jorge Elias, colega do mesmo jornal que já estava encarregado de fazer as reportagens sobre a investigação e com maior envolvimento com os hábitos da cidade. Em entrevista<sup>5</sup>, Louzeiro lembra que era tratado como “uma figura indesejada”, recebendo alerta dos próprios jornalistas para que tivesse “cuidado”.

Nesse período, ele conheceu, por meio de Jorge Elias, o perito criminal Asdrúbal de Lima Cabral, que atuou no caso Araceli a pedido do conhecido perito Carlos Éboli. Além de acompanhá-lo em várias ocasiões na cidade e até alertá-lo para que não comparecesse a uma homenagem que havia sido preparada para ele, Asdrúbal também o ajudou com informações e episódios importantes. Alguns desses dados serviram de base para o livro *Aracelli, meu amor*, entre eles as reações das pessoas envolvidas e detalhes do cão Radar, que Araceli ganhou do seu pai, Gabriel Sanchez. O autor, utilizando-se de elementos das narrativas ficcionais, relata várias situações, como as circunstâncias do desaparecimento da menina, a repercussão na cidade, o trabalho da perícia e equívocos do inquérito policial. O viés literário pode ser observado, por exemplo, na descrição dos lugares.

Louzeiro afirma que escreveu o livro porque queria “chamar atenção e punir os culpados”. Assim, o texto do jornalista cumpriria não somente o papel do relato da história, mas também fazer parte dos seus desdobramentos. Como se percebe, o jornalista adota contornos de um processo de auto-referenciação, o que compreende falar de si, mas também numa relação com o outro e a partir de suas relações de amizade. Essa postura simboliza estratégia de negociação de autoridade e uma forma de construção da identidade no âmbito do espaço social partilhado por diversos agentes. Ao se pautar nas memórias dos outros para a construção de suas narrativas, como a do perito criminal, Louzeiro deixa evidente o caráter de negociação na busca das

---

<sup>5</sup> O jornalista José Louzeiro, 81 anos, me recebeu, para esta entrevista, em seu apartamento, no Centro do Rio de Janeiro. Com diabetes e se locomovendo com ajuda de cadeira de rodas, ele teve parte da perna direita e dedos da mão amputados em razão da doença e sofre de problema de visão. Louzeiro iniciou como aprendiz de revisor no jornal *O Imparcial*, no Maranhão. Na década de 1950, ele foi para o Rio de Janeiro. Atuou em *O Jornal*, *O Dia*, *Revista da Semana*, *Luta Democrática*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, entre outros veículos. Integrou a equipe que lançou a segunda edição da Enciclopédia Barsa. Também colaborou na produção e escrita de textos da Delta-Larousse, em trabalho comandado pelo filólogo Antônio Houaiss. Foi presidente do Sindicato dos Escritores-RJ.



lembranças, além da possibilidade de construir identidades sobre o seu fazer profissional.

O livro foi publicado pela editora Civilização Brasileira, em 1976. Mas logo foi alvo de proibição e do recolhimento dos exemplares, no dia do lançamento. Louzeiro recorda-se do veto feito pelo então ministro da Justiça Armando Falcão e reconhece o fato de a proibição ter levado a uma maior procura dos leitores pela obra. No entanto, também diz que o prejudicou porque “nenhum editor queria mais lançar livro meu porque poderia ser censurado também”.

Um imbecil chamado Armando Falcão (ministro da Justiça), um crápula, um canalha, proibiu o livro. Era uma edição de 20 mil exemplares. Uma edição especial. Ele proibiu o livro, no dia do lançamento. O livro foi lançado de manhã e de tarde o livro já estava proibido. Estava em uma livraria em Niterói, para o lançamento, quando dois policiais chegaram à paisana. Um deles era conhecido meu e me avisou que parasse porque o livro iria ser recolhido. Isso foi na noite de autógrafa. A sorte é que eles recolheram só o que estavam na livraria para o lançamento. Eram uns 50 livros. Mas, no dia seguinte, eles recolheram todos 19 mil e não sei quantos livros que estavam nos depósitos da editora. Durante a ditadura, o livro ficou proibido. Saíram duas edições escondidas. Chega uma hora que o livro quando tem uma repercussão, você perde o controle de quem publica o quê. Alguém fez uma edição fajuta e andou vendendo de mão em mão. (LOUZEIRO, entrevista).

Em setembro de 1976, o jornal *O Estado de S. Paulo* tocou no assunto: “Livro sobre o caso Araceli apreendido”. No mesmo mês, uma nota publicada pela *Revista Veja* informava que havia sido proibida a venda em todo o território nacional de *Aracelli, meu amor*, “por exteriorizar matéria contrária à moral e aos bons costumes, segundo portaria do Ministério da Justiça”. Regulamentada para a área considerada de diversão (cinema, televisão, teatro, espetáculos públicos, música, rádio), a prática da censura prévia se expandiu também para mercado editorial depois da centralização do serviço de censura. Assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, o decreto-lei 1.077, de 1970, estabelecia que não seriam toleradas “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”. O texto dizia ainda que, verificada a existência dessa situação, o ministro da Justiça poderia proibir a divulgação da publicação e determinar a busca e apreensão de todos os seus exemplares. O decreto também estabeleceu sanções, que envolviam a previsão de



multa no valor igual ao do preço de venda da publicação e a perda de todos os exemplares (seriam incinerados).

Sobre o veto ao livro *Aracelli, meu amor*, Hallewell (2005) acrescenta outra informação: o pedido dos advogados dos acusados para que a obra não fosse liberada. Ao comentar que o livro representa uma “boa ilustração da censura feita a partir de reclamações recebidas” (p.593), Hallewell explica que os advogados protestaram contra a situação de o autor ter divulgado o nome dos seus clientes, mesmo com o processo judicial em andamento. O pedido chegou ao Ministério da Justiça, e o ministro Armando Falcão proibiu a publicação. Segundo o pesquisador da história editorial brasileira, “é difícil perceber como esse procedimento difere, na prática, do costume estabelecido pelo direito inglês no sentido de proibir referências a qualquer assunto que se encontre sub judice” (p.393). Em 1979, quando o processo ainda estava em trâmite, houve nova edição pela editora Record. Atualmente, o livro de Louzeiro faz parte do catálogo da editora Prumo, que o relançou em 2012.

Reimão (2012) inseriu *Aracelli, meu amor* na pesquisa que desenvolveu sobre livros de autores brasileiros vetados na ditadura militar pelo Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP), órgão que integrava o Ministério da Justiça. Além dessa publicação, foram citados no levantamento, na parte de ficção, os seguintes livros: *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, *Diários de André*, de Brasigóis Felício, *4 contos de Pavor e Alguns Poemas Desesperados*, de Álvaro Alves de Faria, e *Dez Estórias Imorais*, de Aguinaldo Silva. O estudo aponta que, da listagem total de aproximadamente 490 livros submetidos ao DCDP, cerca de 140 são de autores nacionais. Desse montante, 70 foram vetados, entre obras de ficção, não ficção, eróticos pornográficos e peças de teatro censuradas para publicação em livro. A maioria pode ser classificada de eróticos. Entre os autores de livros considerados eróticos, Adelaide Carraro e Cassandra Rios foram alguns nomes que tiveram suas publicações enquadradas pelos censores. Segundo a pesquisa, os dados quantitativos sobre a censura a livros indicam que a atividade de proibição das obras foi mais rígida entre 1975 e 1980, período em que mais de 50% dos livros submetidos foram vetados.

De acordo com a pesquisa de Marcelino (2011), Louzeiro teve outro livro que “salvou-se por pouco do ato proibitório” (p.104): *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*, lançado em 1975 também pela Civilização Brasileira e origem de filme de grande sucesso de mesmo nome sob a direção do cineasta Hector Babenco. O livro ficou por



quatro semanas na lista dos mais vendidos da *Revista Veja*, na décima posição. Nesse mesmo período, os livros com maior vendagem foram *Gota D'Água*, de Chico Buarque de Holanda e Paulo Pontes, e *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca. *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia* expõe a trajetória do assaltante Lúcio Flávio, figura frequente nas páginas dos jornais brasileiros durante a ditadura militar. Protagonista de assaltos a bancos, roubos e fugas espetaculares, ele denunciou, pouco antes de morrer, a um repórter o envolvimento da polícia com o mundo do crime. O livro foi examinado pelos técnicos da censura conjuntamente com *O caso Lou*, do jornalista e escritor Carlos Heitor Cony. Segundo Marcelino, o fato de os três censores que analisaram a obra de Cony terem sugerido sua não proibição acabou por convergir em favor da liberação do livro de Louzeiro. Dois técnicos foram a favor da liberação e outros dois fizeram parecer contrário, resultando em empate. No entanto, os quatro pareceres, de acordo com Marcelino, destacaram o caráter crítico do livro em relação ao sistema carcerário e ao organismo policial como um elemento negativo da obra.

*O caso Lou, Lúcio Flávio: o passageiro da agonia* e *Aracelli, meu amor* integraram, respectivamente, o primeiro, o segundo e o terceiro volume de uma coleção da Civilização Brasileira chamada de “romance-reportagem”, título dado pelo editor Ênio Silveira. É preciso apontar o papel de Ênio Silveira na articulação dos processos editoriais e divulgação dos autores, muitos deles pertencentes ao mundo da imprensa. Para Halleweell (2005, p.535), Ênio teve uma contribuição em métodos administrativos, publicidade, produção gráfica e política editorial, em conjunto, “quase tão importante em seu tempo quanto haviam sido as inovações de Monteiro Lobato” e “manteve-se fiel a uma política editorial que pôs à prova os limites da tolerância de todos os governos, de Castelo Branco até Geisel”.

Embora Louzeiro já tivesse publicado outros livros, como *Depois da Luta* (1958), *Acusado de homicídio* (1960) e *Assim marcha a família* (1965), a carreira literária dele ganhou impulso pelas mãos de Ênio, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e símbolo da resistência durante o período da ditadura militar. Em entrevista<sup>6</sup>, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Ênio

---

<sup>6</sup> A entrevista com o editor Ênio Silveira integra o terceiro volume da série Editando o editor. Nesta entrevista, ele contou detalhes da sua trajetória editorial, as intimidações que a Civilização Brasileira recebia, entre outras informações. Ele iniciou profissionalmente aos 19 anos na Companhia Editora Nacional, após ter sido indicado por Monteiro Lobato que o recomendou para seu ex-sócio na editora e amigo, Octalles Marcondes Ferreira, que se tornaria, pouco tempo depois, sogro de Ênio. Na Civilização Brasileira, ele atuou em projetos importantes, entre eles a Revista Civilização Brasileira, Encontros com a Civilização Brasileira e Cadernos do Povo Brasileiro. Foi preso repetidas vezes durante o regime militar. Morreu, aos 70 anos, em 1996. Atualmente, a Civilização Brasileira faz parte do grupo da editora Record.



lembrou os primeiros contatos para que Louzeiro publicasse pela Civilização Brasileira. Ligou para a redação do jornal *Última Hora*, onde Louzeiro trabalhava, mas ele não estava. Ao retornar a ligação, o jornalista ouviu do editor que tinha “jeito para escrever” e que em “toda a literatura em todo o grande romance policial um crime é da condição humana” (p.127). Ao final, ele perguntou ao jornalista se teria alguma coisa que gostaria de escrever e Louzeiro respondeu que tinha a história do Lúcio Flávio. Apesar de todo incentivo à produção de Louzeiro, Ênio demonstrou, nesta entrevista, mágoa com o jornalista ao saber que ele estava deixando a sua editora para assinar contrato com a editora Record, em um momento de problemas financeiros da Civilização Brasileira. “Fiquei magoado, mas não fiquei inimigo dele”, disse.

O estilo de romance-reportagem, a qual Louzeiro foi considerado pioneiro no país, caracteriza-se por um limiar e tensão entre literatura e jornalismo. Aborda fatos reais do cotidiano, entretanto, se misturam técnicas ficcionais. Com influências do *new journalism*, embora com a possibilidade de apropriações e usos locais pelos autores, o romance-reportagem propiciou, no caso brasileiro, a revelação de histórias intrigantes e a denúncia de situações arbitrárias e das estruturas do regime militar, levando ao olhar vigilante dos órgãos de censura.

Além disso, precisamos dimensionar o próprio papel do jornalista-escritor que, diante das pressões da censura, articulou interpretações e sentidos para uma história desenvolvida no calor dos acontecimentos. Embora a censura possa ter sido um dos motivos dessa aproximação de jornalistas com a literatura, não acreditamos que ela atuou sozinha nesse processo. As próprias características do mercado de jornalismo da época, as mudanças do perfil da profissão e os entraves feitos pelos governos para a busca da informação apontam também sinais de transformações para esse convívio.

Como ressaltaram Hollanda e Gonçalves (1980, p.53), em texto sobre o cenário da cultura publicado na década de 1970, o romance-reportagem “parece estabelecer um compromisso entre o pressuposto da objetividade jornalística e de uma certa interação do subjetivo, aquilo que o elevaria ao estatuto de literatura”. Galvão (2005) afirma que são nos anos 1970 que “avultam o memorialismo e o romance-reportagem, que como que demarcam os limites laterais do biografismo, com ambos mantendo fronteiras às vezes indistintas”. O biografismo, segundo a autora, é uma tendência que surge com intensidade, em voga internacional, e tomou impulso no Brasil na década de 1970, “quando os autores passam a vasculhar desvãos e personagens mais enigmáticos”.



O romance-reportagem como estatuto narrativo e textual recebeu críticas de estudiosos da literatura. Sussekind (2004) questionou as ligações com o jornalismo e a opção por uma literatura “superpovoada de pistas alegóricas e obcecada pela referencialidade” (p.18), características que, segundo a pesquisadora, não ajudariam a responder aos silêncios impostos pelo regime militar. Classificando a produção de Louzeiro (e dos autores Aguinaldo Silva, João Antônio e Valério Meinel) de “literatura-verdade”, Sussekind aponta ainda o aspecto do “naturalismo” dessas obras, cujo “eixo é a referência e não o trabalho com a linguagem, a consciência da própria materialidade, é o recalque da ficcionalidade em prol de um texto predominantemente documental”. (p.104).

Contrário às críticas feitas por Sussekind, Cosson (2007) defende a autonomia do romance-reportagem como gênero que resulta do entrecruzamento de dois discursos (literário e jornalístico), mas ressalta ser importante entender a ambiguidade para além do estatuto do gênero, “pois ela é parte da própria constituição textual das obras” (p.63). Cosson enfatiza que a “aberta a todas as experimentações e declaradamente comprometida com o momento histórico, a literatura plural da década de 1970 também apresenta uma forte ligação com o jornalismo” (p.37). Ressaltando que essa ligação parece ultrapassar as opções temáticas e estilísticas individuais ou comportamentais, o pesquisador atribui esses laços aos seguintes fatores: grande número de escritores-jornalistas, a censura e a função de informar que a literatura assumiu no período, o impacto da indústria cultural e a situação de marginalidade com que muitos autores foram confrontados.

Para Bianchin (1997, p.91), que também pesquisou o romance-reportagem, essa narrativa está alicerçada em acontecimentos comprovados e comprováveis, o que “não assegura de antemão a estes textos a condição de jornalísticos, mas assegura ao jornalismo um certo controle na construção desses discursos. Bianchin explica que, por um lado, ao compor uma história para ser publicada em livro e em que o texto se utiliza da imaginação para reconstruir cenas, o autor deixa de ter os compromissos com a verdade factual que regem o jornalismo. Por outro lado, esses mesmos compromissos não podem ser ignorados na medida em que há um propósito de narrar fatos reais, amplamente documentados em jornais e revistas.



## A reportagem de denúncia

O jornalista Carlos Alberto Luppi é capixaba (nasceu em Colatina, noroeste do Espírito Santo) e formou-se em Jornalismo pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juiz de Fora. Com uma carreira jornalística ligada a temas de direitos humanos, ele foi enviado pelo jornal *Folha de S. Paulo* a Vitória para cobrir os desdobramentos do caso Araceli e fez uma série de reportagens. Em entrevista<sup>7</sup>, Luppi afirma que se interessou pelo tema, cinco anos e meio depois do assassinato da menina, por ainda o caso não estar solucionado naquele momento e lembra que, em razão das matérias, “recebia vários telefonemas de pessoas” o ameaçando.

O José Louzeiro tinha escrito o livro *Araceli, meu amor*, um trabalho brilhante, de grande repercussão. Por intermédio dele, eu fiquei muito amigo do Asdrúbal de Lima Cabral, o perito que acompanhou o caso. Ele me disse que o crime ainda não estava concluído judicialmente. Então, fui a Vitória, onde ocorreu o assassinato, e tirei cópia do processo, que tinha sete mil páginas (LUPPI, entrevista).

Algumas das matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* foram “Mortes, ameaças e impunidade” (19 de novembro de 1978) e “Erros propositais e destruição de provas” (21 de novembro de 1978). O jornal fez editorial intitulado “Crime sem castigo” em que abordou o trabalho do seu repórter e a impunidade que marcava a trajetória desse processo. De acordo com o editorial, como revelaria a série de Luppi, o caso não se restringe “à esfera patológica”, e a reportagem acrescenta “evidências da culpabilidade de autoridades cuja ação visou ao acobertamento de criminosos”.

As reportagens foram reunidas no livro *Araceli – corrupção em sociedade*, publicado pela Editora Alfa-Omega, em 1979. No prefácio, Boris Kasoy e Odon Pereira afirmam que o trabalho de Luppi “dignifica a reportagem em seu melhor momento, aquela reportagem de denúncia, que não se conforma com a aparência dos fatos e busca penetrá-los em toda a sua inteireza, em toda a sua verdade integridade”. Classificam o livro “como um valioso e dramático testemunho dos nossos tempos”, pois, a partir dos indícios, o jornalista “reconstitui um quadro de intensa densidade social, onde algumas penosas mazelas de nossos tempos – como tráfico de influência,

---

<sup>7</sup> Entrevista do jornalista Carlos Alberto Luppi concedida ao jornal online da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em dezembro de 2009. Para este artigo, as informações sobre a carreira e trajetória do jornalista também tiveram como base essa entrevista. Ele iniciou a carreira jornalística no *Diário Mercantil*, em Minas. Trabalhou no *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Atuou também em agências de publicidade.



corrupção, entorpecentes – se juntam para desembocar na monstruosidade do assassinato da menina Araceli”.

O livro-reportagem de Luppi inicia-se com o capítulo chamado “A paz que não chegou”, em que o jornalista faz um perfil dos acusados e relata “mortes estranhas” de pessoas diretamente ou indiretamente relacionadas ao caso Araceli. Cita ainda outros episódios de pessoas que tiveram problemas em sua vida diante da situação do crime, como a de uma telefonista. No segundo capítulo, intitulado de “Uma rotina de corrupção”, o repórter apresenta as duas versões sobre o crime (a do promotor e a dos peritos), mas salienta que as elas “coincidem em oitenta por cento”. A partir do seu trabalho de apuração, o repórter aponta elementos que prejudicaram o desenvolvimento do caso: “indiferença de muitas autoridades, destruição de provas, omissões propositais, erros grosseiros de avaliação, desvio de sindicâncias policiais, corrupção clara e a escassa disponibilidade de meios de pesquisa técnico-científica no Espírito Santo”.

Já o terceiro e último capítulo (“A verdade revelada”) traz uma entrevista exclusiva feita com mãe de Araceli, Dona Lola, que havia retornado da Bolívia, mas mantinha o silêncio em Vitória. Nesta entrevista, ocorrida de madrugada e com a presença do perito Asdrúbal Cabral, Dona Lola admite que os acusados (Paulo Helal, Dante Brito Michelini e Dante de Barros Michelini) tiveram participação no crime e que já tinha levado a menina para o bar Franciscano, de propriedade da família Michelini. Na ocasião, o repórter também perguntou para ela sobre a acusação de que manteria uma adolescente de 13 anos (de nome Tereza), em regime de cárcere privado, a qual torturava e sequestrava. A menina tinha vindo da Bolívia. Por conta dessa acusação, ela chegou a ser presa, em flagrante, em dezembro de 1978, e foi instaurado inquérito policial, segundo informou o repórter no seu texto.

Outro ponto de destaque do material foi a entrevista com o pai de Araceli, Gabriel Sanchez, que, na época, já estava separado de Lola. O encontro do repórter com Gabriel durou mais de 10 horas em dias alternados. Nesta entrevista, a primeira desde o assassinato da filha, Gabriel levanta suspeitas sobre a sua ex-mulher quando diz que foi, por meio dela, que “os assassinos da menina se aproximaram”. Ele também fez duras críticas à Polícia capixaba e comentou que o “dinheiro dos poderosos” encobriu a verdade e o esclarecimento dos fatos. As revelações trazidas no trabalho jornalístico foram anexadas ao processo. A partir da leitura e das repercussões dessas reportagens, publicadas no livro, pode-se notar que o discurso do jornalista foi de um teor de denúncia contra a situação de impunidade do caso Araceli, trazendo à tona vários fatos



que mostraram comportamentos duvidosos que impediam a solução do crime. Além disso, percebe-se a própria voz do repórter ao longo da narrativa questionando episódios que considera relevantes para o processo.

Durante a sua trajetória na imprensa, Luppi esteve à frente de outras reportagens investigativas que envolveram o tema dos direitos humanos e da infância e da juventude no Brasil, trabalho que o rendeu o Prêmio Jock Elliot de Direitos Humanos. Esses trabalhos, assim como o de Araceli, também foram publicados em livros: *Agora e na hora de nossa morte - o massacre do menor no Brasil* (editora Brasil Debates, 1981), *A cidade está com medo* (editora Marco Zero, 1982), em parceria com o criminalista Tércio Lins e Silva, e *Malditos frutos do nosso ventre* (editora Ícone, 1987).

*Araceli - corrupção em sociedade* foi o terceiro volume de uma coleção da Alfa-Omega chamada História Imediata. Fundada em 1973, em São Paulo, pelo casal Claudete e Fernando Mangarielo, a editora abre espaço para o “pensamento crítico brasileiro”, como diz seu lema, e compromete-se com a publicação em história, sociologia, política, filosofia, economia, clássicos do marxismo, pluralismo jurídico, literatura brasileira e literatura estrangeira. De acordo com Hallewell (2005, p.590), a Alfa-Omega “tipifica as várias editoras pequenas de esquerda, muitas delas da chamada ‘imprensa nanica’, por sua escala amadora, que apareceram nesse tempo, algumas como a Global e a Graal, editoras de Marx, Engels e Lênin, destinadas a sobreviver e crescer”.

A coleção História Imediata era vendida em bancas e contou com cinco números. A tiragem atingia 30 mil exemplares. De caráter jornalístico e no estilo de livro-reportagem, a coleção deu ênfase, como o próprio nome sugere, para temas da história recente de país, incluindo, prioritariamente, aqueles que foram suprimidos ou esquecidos da chamada grande imprensa brasileira diante da censura, como o movimento estudantil e as guerrilhas de resistência da esquerda. Em registro na quarta capa, a editora explica a intenção da História Imediata: “mostra como é o outro lado da moeda – o lado que o mundo oficial proibiu e a grande imprensa silenciou”, e, para isso, dará a “palavra aos repórteres que têm compromisso com a democracia e com a liberdade de imprensa”.

O primeiro número foi lançado em 1978, ano em que se aboliu a censura prévia nos três últimos órgãos onde ela ainda atuava (*Tribuna da Imprensa*, *Movimento* e *O São Paulo*). De autoria dos jornalistas Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vincent Carelli e Jaime Sautchuk, *A Guerrilha do Araguaia* abriu a coleção. Em nota no começo do livro, os autores comentam sobre as poucas informações divulgadas sobre a Guerrilha



do Araguaia, movimento de luta armada ocorrido na região amazônica de combate à ditadura e fortemente atacado pelas forças militares. A apresentação do livro, feita pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) José de Souza Martins, destaca o caráter político das reportagens por trazerem à tona informações que o governo fez questão de omitir e esconder. Nesse sentido, Martins afirma que os jornalistas procuraram “resgatar do nada da censura o tudo da História, já que os censores se incumbiram de impedir que a imprensa desse a conhecer o que vinha acontecendo no norte do país”. Para melhor visualização dos dados da coleção História Imediata, detalhamos na seguinte tabela:

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Prefácio</b>	<b>Ano</b>	<b>Páginas</b>
A guerrilha do Araguaia	Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vincent Carelli e Jaime Sautchuk	José de Souza Martins	1978	80
A greve na voz dos trabalhadores	Equipe da Oboré	Marcelo Gato	1979	80
Araceli - corrupção em sociedade	Carlos Alberto Luppi	Boris Kasoy e Odon Pereira	1979	80
D. Paulo Evaristo Arns - o cardeal do povo	Getúlio Bittencourt e Paulo Sérgio Markun	-	1979	80
A volta da UNE - de Ibiúna a Salvador	Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves	União Nacional dos Estudantes	1979	96 (edição especial)

Em entrevista<sup>8</sup>, o editor Fernando Mangarielo<sup>9</sup> afirma que lançou no cenário editorial o jornalista Carlos Alberto Luppi, o qual definiu pelo seu aspecto “combativo e aguerrido”. Antes da publicação de *Araceli – corrupção em sociedade*, Luppi já tinha contato com a editora Alfa-Omega, já que também lançou outro livro de sua autoria: *Um partido chamado coragem* (1976).

<sup>8</sup> A entrevista com o editor Fernando Mangarielo foi realizada, em 2013, pelos pesquisadores Sandra Reimão, Flamarion Maués e João Elias Nery, na sede da editora Alfa-Omega, no bairro Pinheiros, em São Paulo. Os três pesquisadores integram o grupo de pesquisa Censura a livros e ditadura militar no Brasil, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo.

<sup>9</sup> O editor Fernando Mangarielo, 66 anos, atuou como livreiro da Banca da Cultura, que localizava-se no prédio do Centro de vivência do Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp). A banca esteve em funcionamento de fevereiro de 1967 até dezembro de 1968, quando tropas do II Exército invadiram o Crusp. Ele trabalhou nas editoras Atlas, Brasiliense e Record. Com sua esposa, fundou a Editora Alfa-Omega, em 1973. Nos quatro primeiros anos nos de atividade, a Alfa-Omega publicou 16 livros de autoria de docentes da USP, como *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*, de Reinaldo Carneiro Pessoa, *Sociologia e sociedade no Brasil*, de Otavio Ianni, e *A luta pela industrialização no Brasil*, de Nícia Vilela Luz. Atualmente, a editora vende seus livros pela internet e também nas livrarias espalhadas pelo país.



Sobre a coleção História Imediata, Mangarielo diz ter tido problemas com a distribuição, feita pela Abril. Segundo Mangarielo, a editora sofreu “espécie de censura”, e o último número da coleção (A volta da UNE - de Ibiúna a Salvador), uma edição especial de 96 páginas que reconstituía a trajetória do movimento estudantil com base em depoimentos e informações de arquivos, não recebeu distribuição em sua totalidade. Esse problema provocou o fim da coleção, em 1979.

Pouco tempo antes do lançamento da coleção, a Alfa-Omega já havia passado pela experiência de vendas de livros em banca de jornal. *A sangue quente – a morte do jornalista Vladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho, e *A prisão*, de Percival de Souza, foram vendidos nesse modelo. Dois livros foram considerados *best-sellers* da editora: *A Ilha* e *Olga*, ambos do jornalista Fernando Morais.

### **Considerações finais**

As duas editoras que publicaram os livros analisados neste artigo sobre o caso Araceli (Civilização Brasileira e Alfa-Omega) podem ser compreendidas no cenário da difusão das ideias da esquerda. Na classificação de Maués (2013), elas são consideradas “editoras de oposição” por terem um projeto político e ideológico de oposição ao regime militar.

Ao mostrarmos os caminhos e a história editorial dos livros *Araceli, meu amor* e *Araceli - corrupção em sociedade*, um questionamento fica: com apenas três anos de intervalo de publicação, por que o primeiro foi censurado e o outro não? Embora seja difícil pensar com as visões da censura e dos que pudessem reclamar das obras, supõe-se que o eixo literário do livro de Louzeiro possa ter levantado variados repertórios e questionamentos sobre o caso e as estruturas de poder. O trabalho de Luppi, apesar de também ter trazido um olhar crítico da investigação, por se pautar nos domínios do jornalismo e da reportagem, pode ter representado menor mobilização para aqueles que desejassem fazer algum tipo de contestação.

Passados 40 anos da morte de Araceli, os livros contribuem em três questões: valor testemunhal, rastros da memória sobre o caso e a evocação de um passado que tem elementos para discutir uma situação do presente (a exploração de crianças e adolescentes). Outros meninos e meninas, como Araceli, continuam sendo vítimas de agressores diariamente, o que coloca também em discussão as políticas públicas de enfrentamento à violência. O serviço telefônico Disque 100, mantido pela Secretaria de



Direitos Humanos da Presidência da República, registrou, entre 2003 e março de 2011, 52 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes de todo o país. Oito em cada dez vítimas são meninas.

Com base nesse entendimento de que “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, ‘descola’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (Bosi, 2003, p.36), podemos ter pistas para explicar iniciativas recentes, como a de um projeto de lei apresentado, em 2013, na Câmara de Vitória, que busca mudar o nome da avenida Dante Michelini para Araceli. Em tempos dos usos e apropriações da tecnologia, o projeto foi consequência de uma mobilização popular na internet que recebeu mais de 8 mil assinaturas.

Recordar o assassinato de Araceli envolve uma tarefa delicada e complexa: silêncios, mistérios, influências e pressões fazem parte desse percurso do crime e dos seus desdobramentos. Nesse sentido, percebe-se uma disputa pela memória, entendendo-a como um “jogo” e tensão entre lembrar e esquecer o caso Araceli. Mas, como bem mencionou Pollak (1989, p.5), ao analisar as memórias “proibidas”, aquelas que não deveriam ser expostas publicamente ou até mesmo reprimidas, essas lembranças que durante muito tempo estiveram confinadas ao silêncio permanecem vivas nas redes de sociabilidade, ficam “zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais” e, conforme as circunstâncias, têm a potencialidade de serem colocadas em discussão em forma de reivindicações múltiplas. Além de fazerem parte desse circuito da informação e da comunicação, os livros ajudam a questionar o silêncio, ou, nas próprias palavras de Louzeiro, não lembrar é “cinismo, covardia”.

## REFERÊNCIAS

BIANCHIN, Neila. **Romance-reportagem**: onde a semelhança não é mera coincidência. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas**: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



FERREIRA, Jerusa Pires (org.). **Editando o Editor. Ênio Silveira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Com-Arte, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. A voga do biografismo nativo. **Estudos Avançados**, vol. 19, São Paulo, 2005.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. **Anos 70**. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

LOUZEIRO, José. **Araceli, meu amor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LUPPI, Carlos Alberto. **Araceli - corrupção em sociedade**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, 1989.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2011.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Um repórter a serviço da sociedade. **ABI Online**. Entrevista disponível em: [www.abi.org.br/entrevista-carlos-alberto-luppi](http://www.abi.org.br/entrevista-carlos-alberto-luppi). Acessado em 26 de outubro de 2013.

## **Entrevista**

Entrevista com José Louzeiro em 04 de junho de 2013, no Rio de Janeiro.